

PROCESSO - A.I. Nº 108595.0005/03-1
RECORRENTE - SUÍNOS RAPOSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 4ª JJF nº 0043/04-04
ORIGEM - INFAZ SIMÕES FILHO
INTERNET - 14/09/2004

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0203-12/04

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. CORTES DE GADO BOVINO. UTILIZAÇÃO A MAIS QUE O PERMITIDO PELA LEGISLAÇÃO. Procedimento em desacordo com a legislação. Mantida a Decisão. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra Decisão da 4ª Junta de Julgamento Fiscal que houvera julgado Procedente o Auto de Infração referenciado, exigindo pagamento de ICMS no valor de R\$100.559,85, em razão da utilização indevida de crédito fiscal, referente a imposto não destacado em documentos fiscais.

O autuado apresentou defesa alegando que não cometeu a infração, tendo o autuado entendido equivocadamente que a empresa utilizou-se de crédito fiscal indevido no percentual de 10%, eis que respeitou e observou os mandamentos legais, mais especificamente os artigos 449, 450 e o artigo 51 em seu inciso I, “b”, todos do RICMS/97. Argumentou que a alíquota de 7% somente é aplicável às saídas de estabelecimentos industriais destinadas a microempresas, sendo, por conseguinte, cabível a adoção da alíquota de 17% nas operações realizadas com contribuintes normais.

O autuante em sua Informação Fiscal contestou a defesa apresentada pelo autuado, aduzindo que a alíquota prevista para gado é de 7% e, assim, ratificou o teor do Auto de Infração.

O ilustre relator da Decisão recorrida, em seu voto, apontou que a autuação foi em razão do contribuinte haver se creditado a mais do imposto, ao utilizar-se da alíquota de 17%, quando a legislação do ICMS estabelece a alíquota de 7% para as operações com gado e os produtos comestíveis resultantes do abate.

Aduziu que o crédito fiscal a ser utilizado, conforme previsto no artigo 450, em seu inciso II, do RICMS/97, deve ser calculado sobre o valor da operação de aquisição como se fosse tributado normalmente e a alíquota prevista no artigo 51, inciso I, “b”, do citado diploma legal é de 7%, independentemente dos clientes do autuado serem empresas inscritas no regime normal ou SimBahia.

Diante desse entendimento, manteve a autuação.

O recorrente, por seu advogado, interpôs Recurso Voluntário reiterando que não cometeu a infração apontada pela autuação, porque respeitou e observou os artigos 449, 450 e 51, inciso I, alínea “b” do RICMS/97.

Disse que, equivocadamente, o autuante entendeu que o recorrente utilizou-se indevidamente de crédito fiscal, no percentual de 10%, uma vez que a maior parte das notas fiscais utilizadas para embasar a autuação foi emitida pelo Frigorífico Bahia Carnes, e tiveram o ICMS devidamente

destacado na alíquota de 17%, para todos os fins fiscais e contábeis, conforme “Declaração” e notas fiscais anexadas.

Aduz que a infração apontada pelo fiscal não existiu, desde quando não utilizou indevidamente o crédito fiscal, porque embora o destaque não tenha sido efetuado no documento fiscal, por erro formal da empresa fornecedora, o destaque do ICMS foi pela mesma considerada para todos os fins fiscais e contábeis, consoante a já referida declaração, não tendo o Estado da Bahia sofrido prejuízo algum.

Salienta que o autuante deixou de observar que o referido dispositivo do artigo 51 está no Capítulo VIII do RICMS que cuida “Das Alíquotas”, e na seção II, que possui a seguinte bandeira: *“Das Alíquotas especiais aplicáveis às operações com produtos da cesta básica, às operações com microempresas e às operações e prestações relativas a mercadorias e serviços considerados supérfluos”*. Daí seu entendimento de que a intenção do legislador foi clara, beneficiar com alíquotas menores as operações efetuadas com produtos da cesta básica e as operações efetuadas com microempresas.

Por outro lado, as operações realizadas com as demais empresas, excetuando-se aquelas com os produtos da cesta básica, são tributados normalmente com a alíquota de 17%.

Aduz que a maior parte das operações de saída de mercadorias que o recorrente efetua é com empresas normais, de pequeno e médio porte, que estão submetidas à alíquota normal de 17%.

Conclui assim que a empresa autuada não cometeu a infração descrita no Auto de Infração, eis que na seara da interpretação da alínea “c”, do inciso I do artigo 51 do RICMS/97, a alíquota de 7% somente é aplicável às mercadorias saídas de quaisquer estabelecimentos industriais e destinadas a microempresas, sendo, por conseguinte, as operações realizadas com contribuintes normais tributadas com a alíquota de 17%.

Requer, ao final, que o Auto de Infração seja julgado improcedente, protesta pela produção de todos os tipos de prova, juntada de documentos e todas as demais, inclusive diligências.

Em sua primeira manifestação no PAF, a Procuradoria Fiscal sugeriu a realização de diligência para verificar a realização do destaque do imposto nos documentos fiscais anexados. No entanto, esta Segunda Câmara indeferiu a diligência, por entender que a questão não versa sobre matéria fática, sendo a questão eminentemente de ordem jurídica.

A Procuradoria Fiscal, em Parecer de Dra. Maria José R. Coelho Lins de A. Sento Sé, observa que a infração apontada está comprovada e tipificada nos autos, haja vista restar comprovada a utilização de alíquota inadequada, uma vez que a legislação é clara ao determinar a alíquota de 7% para as operações envolvendo gado bovino, suíno, bufalino e caprino, inclusive os produtos comestíveis resultantes de seus abate, *ex vi* do artigo 51, inciso I, alínea “b” do RICMS/97.

Acrescenta que o único argumento aduzido pelo contribuinte com vistas a legitimar a utilização do crédito fiscal não encontra ressonância na legislação tributária vigente, à vista dos termos do art. 450, II, do RICMS/97.

Com isso, opina que o Recurso Voluntário não deve ser Provido.

VOTO

Verifico que está correto o julgamento recorrido, pois restou comprovada a utilização indevida, pelo contribuinte, da alíquota de 17% para efeito de crédito das aquisições de produtos comestíveis resultantes do abate de gado, uma vez que o artigo 450, inciso II, do RICMS/97 dispõe que, nessas operações, poderá ser utilizado o crédito fiscal, mesmo no caso de a nota fiscal ter

sido emitida sem o destaque do imposto, mas o artigo 51, inciso, I “b”, do citado diploma legal estabelece a alíquota de 7% para aplicação nas operações com gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino, e os produtos comestíveis derivados.

Observo ainda que a aplicação dessa alíquota especial, nas operações com produtos da cesta básica, independem da inscrição no regime do SimBahia, aplicando-se também aos contribuintes em regime normal de apuração.

Assim, conforme aponta a Douta Procuradora, não procede ao argumento aduzido pelo recorrente para legitimar a utilização do crédito fiscal, mesmo a vista da declaração do principal fornecedor da recorrente trazida aos autos no presente recurso.

Assim voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **108595.0005/03-1**, lavrado contra **SUÍNOS RAPOSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$100.559,85**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de agosto de 2004.

TOLSTOI SEARA NOLASCO - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BARROS RODEIRO - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PGE/PROFIS